

CIDADANIA E QUESTÃO AGRÁRIA: CAIO PRADO JÚNIOR E A CIDADE DE SÃO PAULO (1943-1946)*

Paulo Teixeira Iumatti*

Resumo

Nosso objetivo principal é analisar algumas formas de sociabilidade urbana que se desenvolveram no centro novo de São Paulo na década de 40, procurando acompanhar o percurso de um grupo de intelectuais, liderado por Caio Prado Júnior, que visava à extensão da “cidadania” vivenciada, de diferentes formas, por segmentos crescentes da capital paulista, às populações rurais da sociedade brasileira.

Palavras-chave

Cidadania; sociabilidade; vida intelectual.

Abstract

The main purpose of this article is to scrutinize the urban sociabilities that developed in the new downtown São Paulo during the 1940's, and to follow the trajectory of a group of intellectuals, headed by Caio Prado Júnior, who wanted the extension of the “citizenship” experienced by growing segments of the city of São Paulo to the neglected rural population of Brazil.

Key-words

Citizenship; sociability; intellectual life.

* Este artigo é resultado parcial de uma pesquisa em andamento sobre a obra e a trajetória de Caio Prado Júnior nas décadas de 30 e 40. Agradeço à Fapesp; ao Arquivo do Estado; aos funcionários do SIBI e do IEB; aos professores Maria Odila Leite da Silva Dias, orientadora de minha pesquisa, Paulo César Garcez Marins, leitor crítico e amigo, Raimundo Santos, a quem tenho tido o privilégio de ter como interlocutor, Elias Thomé Saliba, Maria Inês Borges Pinto, Maria Helena Machado e Maria Cecília França Lourenço. A Maria Cecília N. Homem, pelo acesso que me concedeu ao Arquivo Caio Prado Júnior; a Eduardo Sucupira Filho, Lázaro Borges e Danda Prado, por suas entrevistas e documentos preciosos. Aos organizadores do XX Simpósio Nacional de História e aos colegas que lá me deram suporte.

** Doutorando da Área de História Social da Universidade de São Paulo.

I

Embora houvesse praticamente interrompido a redação de seus *Diários políticos* entre 1938 e 1944¹, Caio Prado Júnior não abandonou suas reflexões sobre o problema das interações entre política, cultura e sociedade. O estudo da trajetória intelectual do escritor demonstra ter ele naquele período se empenhado em desenvolver e refinar os instrumentos de observação crítica e interpretação, intrínsecos ao seu trabalho de geógrafo e historiador e explicitados em seus cadernos de anotações e relatos de viagens de 1938 a 1941.²

Com efeito, em sua estadia na Europa, entre dezembro de 1937 e março de 1939, Caio Prado travou vários diálogos, em diversos planos e esferas, com disciplinas e correntes do pensamento teórico francês da década de 30: a sociologia e a antropologia durkheimianas; a inovadora interpretação da Revolução Francesa de Georges Lefèvre, pelo viés da psicologia coletiva das massas camponesas³; os conceitos do possibilismo e da paisagem como “espelho da civilização” dos autores mais sofisticados da Geografia Humana lablachiana, bem como seus vínculos, de conservação e superação, com o regionalismo conservador francês e as vertentes racionalistas do empirismo indutivo herdeiro dos séculos XVII e XVIII; os ultra radicais questionamentos dos conceitos de determinismo, causalidade e teleologia lançados pela teoria da história apresentada por Raymond Aron em sua tese de doutorado, defendida na Sorbonne em 1938⁴; a reelaboração da dialética no estudo da *Lógica*, de Hegel, e de passagens sugestivas de sua *Estética* – as quais estimulavam a percepção das complexas relações entre cultura e vida social (exercitada pelo historiador em sua viagem etnológica aos Países Baixos,

1 “Interrompi este diário, porque de volta da Europa (Março 1939) encontrei o país apático, a censura dominando... Quem não vive nos círculos próximos do governo, ignora o que se passa. Aliás não se passa grande coisa.” (*Diários Políticos*, v. 5, p. 25. Arquivo Caio Prado Júnior).

2 “Viagem aos Países Baixos” (1938); “Viagem aos países escandinavos” (1938); “Viagem a Ouro Preto” (1940); “Viagem a Diamantina” (1941). Todos esses manuscritos encontram-se no Arquivo Caio Prado Júnior.

3 Ver os seus clássicos “Les foules révolutionnaires” (1932) e *La Grande Peur de 1789* (1937).

4 *Introduction à la Philosophie de l'Histoire*. Paris, Gallimard, 1986 [1938].

realizada também em 1938); a história da ciência e a epistemologia – disciplinas em ebulição desde finais do século XIX, revolucionadas pelo indagar das causalidades deterministas e mecânicas, pelo impacto filosófico da teoria da relatividade e pela “descoberta” do caráter dialógico das relações entre o sujeito e o objeto do conhecimento científico.⁵

Uma das noções que estavam no vértice dessas reflexões, e que teria um papel articulador quando Caio Prado retomou seus *Diários políticos* de forma contínua e regular, em inícios de 1945, era a de “Opinião Pública”. Tendo em vista os exíguos limites deste artigo, a abordagem dessa noção no pensamento de Caio Prado Júnior nos remeterá não a essas profundas reflexões teóricas, as quais desaguardariam em um dos maiores clássicos da historiografia marxista ocidental da primeira metade do século XX – o primeiro volume de *Formação do Brasil contemporâneo* –, mas a alguns aspectos da inserção do escritor nos espaços de sociabilidade e produção cultural da São Paulo dos anos 40⁶.

Vários trabalhos, a partir de uma miríade de perspectivas, vêm nos últimos anos assimilando ao estudo da vida intelectual e da produção cultural o esmiuçar da fluida esfera das “sociabilidades”.⁷ Tal esfera apresenta-se, nesses trabalhos – em meio a uma pluralidade de posições e nuances, tensões e ambigüidades – num plano *mediador* entre pensamento e vida, cultura e cotidiano. Levando em conta o estreito espaço de que dispomos, optamos por chamar a atenção do leitor para apenas um desses trabalhos: o recente livro de Lúcia Helena Gama, *Nos bares da vida – Produção cultural e sociabilidade em São Paulo – 1940-1950*⁸.

Tal livro apresenta documentação rica e bem trabalhada, além de interpretação criativa, inteligentemente inspirada em pensadores como J. Habermas e W. Benjamin. Para nós, essa excelente tese abre caminhos os mais auspiciosos à compreensão de certas características dos *Diários políticos*, de seu significado no contexto da década de 40,

5 Ver nossos artigos “Trocas Culturais” (revista do departamento de História da UFES, no prelo) e “Caio Prado Júnior e as Ciências Naturais (1934 – 1939)” (revista do departamento de Sociologia da UFES, no prelo).

6 Iumatti, P. T. *Diários políticos de Caio Prado Júnior: 1945*. São Paulo, Brasiliense, 1998.

7 Veja-se o livro organizado por Giuliana Gemelli e Maria Malatesta, *Forme de sociabilità nella storiografia francese contemporanea*. Milano, Giangiacomo Feltrinelli Editore, 1982.

8 São Paulo, Editora Senac, 1998.

e, principalmente, do pensamento do autor de *Formação do Brasil contemporâneo* do ponto de vista dos desdobramentos de sua noção de “Opinião Pública”.

Não é portanto para demérito de *Nos bares da vida* que observamos que sua Autora ignorou quase por completo o modo de inserção do grupo de Caio Prado Júnior num dos locais de sociabilidade mais concorridos da primeira metade dessa década – lugar em torno do qual se constroem muitas das parciais tramas das reminiscências e depoimentos dos personagens de seu livro, a saber: o “centro novo”, delimitado pela Praça da República, pelas ruas Barão de Itapetininga, São João e imediações.

Inúmeras questões impõem-se a partir dessa constatação. Restringir-nos-emos a re-visitá-la, com os pobres instrumentos de que por ora dispomos, o ambiente do “centro novo” justamente do ângulo da inserção do grupo de “intelectuais” e militantes cuja figura mais importante foi sem dúvida, nos últimos anos do primeiro governo de Getúlio Vargas, Caio Prado Júnior. Num segundo momento, pretendemos delinear a posição de alguns membros desse grupo face: 1) aos sentimentos ou veleidades de “cidadania” vivenciados por uma multiplicidade de setores sociais, na fluidez das situações tão expressivamente evocadas por Lúcia H. Gama e seus personagens; e 2) ao simbolismo consubstanciado na arquitetura “moderna” que passava a predominar na região (ou que, na interpretação de Antonio Candido, se “rotinizava”).

II

Tal estudo parece-nos fundamental para o resgate de aspectos de uma das vertentes mais críticas do pensamento brasileiro das décadas de 30 e 40. Nos *Diários políticos*, a esfera “desorganizada” e informal da vida cultural e política brasileira – das sociabilidades, da civilidade dos “debates” e “conversas” –, embora apareça esvaziada de seu colorido pitoresco, permeia e recorta observações e comentários.⁹ Em 1946, sob os influxos de sua participação tanto nessas esferas informais como em congressos e “jornadas”, comícios e eventos para “mobilização popular”, Caio Prado Júnior chegou a concluir que no Brasil dos anos 40 inexistia não uma “opinião pública”, mas uma *opinião pública organizada*. Contrapunha-se, assim, ambigualmente, a Oliveira Vianna¹⁰, bem como a toda uma vertente do pensamento político, social e jurídico brasileiro do

9 Iumatti, P. T., op. cit.

10 “Opinião Pública”, 9/10/1946, in *Caderno Política*. Arquivo Caio Prado Júnior.

século XIX, de Hipólito da Costa e seu *Correio Brasiliense* aos próceres do movimento abolicionista, passando por José Bonifácio, Cipriano Barata e Joaquim Nabuco, dentre outros¹¹.

Muitas transformações sociais e culturais haviam sobrevivido nas primeiras décadas do século XX. O historiador, observador participativo e sistemático, as notara e prosseguia notando, com agudeza a um só passo esperançosa e pessimista.

Dois dos livros publicados por Caio Prado, Monteiro Lobato e Artur Neves em sua recém-fundada editora, a Brasiliense, foram o primeiro volume do *Diário crítico de Sérgio Milliet* – o qual muito revelava acerca das mencionadas esferas informais de debate – e a coletânea de artigos *Nos bastidores da literatura*, de Nelson Palma Travassos. Este, amigo próximo de Monteiro Lobato e Artur Neves, era dono da maior gráfica brasileira de então, a “Revista dos Tribunais”. Situada no bairro da Liberdade, em meio a outras tipografias menores que haviam se afastado da região central da cidade a partir da década de 20¹², a “Revista dos Tribunais” foi um dos centros de sociabilidades e *poder* não mencionados nas “conversas” entabuladas pelos personagens de Lúcia Helena Gama.

No contexto das disputas intelectuais da década de 40, a corrente encabeçada por Caio Prado Júnior compunha-se, grosso modo, dos autores que estavam sendo publicados pela Brasiliense, principalmente os que tiveram trabalhos vindos a lume sob a rubrica da coleção “Problemas Brasileiros”; e dos técnicos, médicos, professores, militantes e estudantes que participaram da revista *Ilustração* – fundada, assim como a Brasiliense, em novembro de 1943.

A participação de estudantes e o próprio espaço de opinião que possibilitou a Caio Prado Júnior a sua atuação como editor foram inflamados e desencadeados, em parte, pelo episódio da repressão a uma passeata organizada pelos alunos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco em começos daquele mês de novembro, durante a qual faleceu o jovem das elites paulistanas, Jayme da Silva Telles. Esse episódio foi descrito em detalhes por Caio Prado Júnior no quinto volume de seus *Diários políticos*, e cons-

11 *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1953, pp. 195 a 206 e 219 a 224; *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1945, pp. 183 a 202.

12 Iumatti, P. T., “Nos bastidores da vida intelectual – Indústria gráfica e mercado editorial na urbanização de São Paulo (1914 – 1945). In: Dias, M.O. L. da S., *São Paulo, cidadania, cultura e urbanização*, no prelo.

titiuiu-se no emblema do começo da reconquista do espaço da cidade como “espaço público” em seu sentido político mais convencional.¹³

Primeiramente, observemos que o núcleo daqueles “intelectuais” liderados por Caio Prado adotava em seus escritos uma linguagem descuidada, de certa forma agressiva, propositadamente mal revisada. Inspirados, em parte, na irreverência de Monteiro Lobato em relação à reforma ortográfica estado-novista, seus estilos desiguais escondiam um arrojado sarcasmo. Por outro lado, tentavam argumentar em termos “técnicos” – o que lhes possibilitaria, por exemplo, discutir problemas da vida rural brasileira com os meios universitários, com os membros e associados do IDORT¹⁴ e com instituições governamentais como a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, ocupada na época pelo conservador professor Melo Morais, da Escola Agrícola Luiz de Queiroz¹⁵. Conjugavam, a essa perspectiva “objetivista”, ao mesmo tempo cientificista, aberta e polêmica, certo espírito filosófico e humanista, ligado a uma interpretação global enraizada no marxismo e em *certo viés radical das obras de Monteiro Lobato, Lima Barreto e Euclides da Cunha*¹⁶. Procuravam desta sorte persuadir os membros da “comunidade intelectual e política”, em suas diversas “gerações” – bem como o “público geral” das emergentes classes médias urbanas. Tentavam assim atuar, num plano concreto e ideal, na ainda exígua, difusa e sobretudo represada esfera da chamada “opinião pública”.

Para que possamos começar a individualizar os olhares desses personagens será mister, na última parte deste artigo, perscrutar o modo como alguns deles privilegiaram o que viam como nossa questão agrária. Tal questão se colocava, naquela época e no contexto das sociabilidades estudadas por Lúcia Helena Gama, mais ou menos nos seguintes termos: como estender às oprimidas populações rurais a “cidadania” ou as diferentes “cidadanias” que segmentos restritos, porém crescentes, das populações ur-

13 “*O Brasil acorda de sua letargia!* Hontem 9 de Nov., a atual situação levou o seu primeiro golpe sério. Os estudantes de direito chocaram-se em praça publica com a policia, e correu o primeiro sangue pela democracia brasileira./ Recomeço estas notas depois de longa interrupção. Porque escrever, quando a reação ganha terreno sucessivo, e abafa tudo que sobra de vitalidade renovadora no país? Os jomaes calados, tudo em silencio... A vida politica do Brasil cessára./ (...)”[sic] (Prado Júnior, C., *Diários políticos*, v. V, pp. 27 e seguintes. Arquivo Caio Prado Júnior.

14 Ver o estudo de Weinstein, B. *For Social Peace in Brazil*, Chapel Hill and London, The University of North Carolina Press, 1996.

15 Costa, A. *Apontamentos para uma reforma agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1945, cap. IV, pp. 28 a 41.

16 Quanto a esses dois últimos, ver Sevcenko, N., *Literatura como missão*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

banas vinham, de diferentes formas e em imprevisíveis processos de interação, ora conquistando, ora simplesmente vivenciando?

III

Em setembro de 1945, a livraria e editora Brasiliense transferiu-se de uma casa na rua D. José de Barros, onde funcionava desde finais de 1943, para um prédio da rua Barão de Itapetininga – endereço que foi o seu até anos muito recentes. O imóvel fora construído pelo pai de Caio Prado Jr, Caio da Silva Prado,¹⁷ que intentava mudar-se então do edifício Caio Prado, na rua Libero Badaró (quase em frente ao “Automóvel Club”), o qual possuía exclusivamente para tratar de negócios¹⁸. Às atividades da Editora foram destinadas as salas 206, 207, 208 e 209 do segundo andar¹⁹, ao passo que a Livraria e os depósitos instalaram-se no andar térreo. No 12º andar, montou-se o apartamento onde Monteiro Lobato viveria os seus últimos anos, depois de ter voltado de sua última viagem à Argentina, em 8 de junho de 1947.²⁰

O fato de pertencer ao pai de Caio Prado Jr. explica em parte que o prédio tenha sido construído na principal rua daquela que vinha se tornando a região comercial mais burguesa de São Paulo²¹, como se depreende dos versos de Mário de Andrade:

Na Rua Barão de Itapetininga
O meu coração não sabe de si,

17 Existem referências a despesas para com o prédio da R. Barão de Itapetininga nos Livros Caixa e nos Livros de Contas Correntes pelo menos desde 1937, quando parece ter sido iniciada a sua construção.

18 Depoimento de Danda Prado.

19 Livro de Contas Correntes do Sr. Caio da Silva Prado, nº 4, p. 175.

20 Depoimento de L. Borges; Depoimento de Danda Prado; Cavalheiro, E., *Monteiro Lobato*, São Paulo, Brasiliense, 1962., v. II, p. 237: “De novo em São Paulo, reside por algum tempo em hotéis, até que Caio Prado Júnior lhe proporciona um apartamento no 12º andar do mesmo edifício em que se encontra instalada a Editôra”.

21 “Explicuei ao rapaz curioso que conheci o (*Ponto Chic*) justamente quando tudo que era tido por fino em São Paulo se transferia do Centro Velho para o Novo, transpondo o Vale do Anhangabaú. Foi nessa ocasião, meados da década dos 40, que adentrei pela primeira vez o Ponto Chic do Largo do Paissandu. Configuração e clientela impressionavam (...) Era o domínio de senhores bem bem-postos – integrantes do que se convencionava chamar de elite – de colarinho duro, corrente de ouro atravessada no colete e chapéu na cabeça.” (Branco, F., *Cartões paulistas*, São Paulo, Maltese, 1993, p. 204).

Não se vê moça que não seja linda,
Minha namorada não passeia aqui....²²

Como se sabe, em inícios da década de 40, a São Paulo tradicional do café, centralizada pela região do chamado Triângulo – onde se instalavam os bancos, o “Partido Republicano Paulista” e as casas comerciais tradicionais; e onde jornalistas, intelectuais e estudantes encontravam-se no Café Guarani, no Café-Papagaio, na Livraria Garraux e nas redações dos jornais²³ –, foi se transferindo, depois da substituição do velho Viaduto do Chá, de ferro, pelo novo, de cimento armado, para a área demarcada pelas ruas Barão de Itapetininga, São João e a Praça da República.²⁴

O “centro novo” era agora a parte mais concorrida da cidade, para a qual se deslocava a vida social, cultural e comercial. Sua área passou a atrair os edifícios mais altos e “modernos” (concentrados anteriormente naquela mesma região do Triângulo, em uma São Paulo predominantemente horizontal), os quais, conquanto timidamente, começavam a espalhar-se pela cidade; e a polarizar casas de moda, livrarias²⁵, cinemas,

22 Apud Marques, G. *Ruas e tradições de São Paulo*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, s.d., p. 261.

23 Fonseca, M. A. *Oswald de Andrade*. São Paulo, Art Editora/ Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 99.

24 Bruno, E. da S. *História e tradições da Cidade de São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 1985, V. III; Carone, E., *O Estado Novo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p.112; Branco, F., op. cit.

25 Uma descrição, por parte do cronista G. Marques, da vitrine da Livraria Brasiliense no contexto da R. Barão de Itapetininga na década de 60 nos mostra um ambiente profundamente transfigurado por um intenso tráfego, pelo movimento comercial e por grandes prédios no contexto de uma grande metrópole. No entanto, preserva quem sabe um sopro da atmosfera que a envolvia na década de 40, o que vale a sua leitura, feita com a ressalva de que o contexto histórico que procuramos captar é profundamente diferente: “(A rua Barão de Itapetininga) ligando a Praça Ramos de Azevedo à da República muito favorece o trânsito naquela nesga do centro (...) Não há linha de bondes, mas intensíssimo é o tráfego de automóveis que chega, por vezes, a congestionar o trânsito. É rua fidalga (...) A linha da sua riqueza comercial, está ali francamente marcada pela exuberância artística das vitrinas que apresentam à gula dos olhos perspicazes das mulheres vaidosas artigos dos mais singulares e para os mais variados misteres. São firmas comerciais de inegável prestígio, numa porfia diabólica em ver quem melhor pode atrair a freguesia, principalmente aquela de muitos teres e haveres. As casas de modas, que ali são muitas, deslumbram com a profusão arlequinada de suas côres. (...) Há também excelentes mostruários de livros nacionais e estrangeiros. Na ‘Brasiliense’ vemos, na sua grande vitrina: *Quinze Anos de Poesia*, de Paulo Bomfim; *Tôda Poesia*, de Guilherme de Almeida; *Os que vêm de longe*, de Judas Isgorogota; *Geração Coca-Cola*, de Paschoal Melantônio; *Domingo com Cristina*, de Mário Donato; *Gabriela Cravo e Canela*, de Jorge Amado; *O Menino Filipe*, de Afonso Schmidt; *Rua Augusta*, de Maria de Lourdes Teixeira; *Histórias Escolhidas*, de Lúgia Fagundes Telles; *Bocainas do Vento Sul*, de Ibiapaba Martins; *Jesus*, de Plínio Salgado; *Um Deus Vigia o*

animadas confeitarias como a “Vienense”, drogarias “de luxo” como a Drogasil. Abri-gava, outrossim, o mais badalado hotel da cidade, o Esplanada, da família Guinle. Destarte, segundo Antônio de Alcântara Machado, a Rua Direita, outrora “a mais chique da cidade”, perdeu o seu prestígio como local de *footing* elegante no centro para a área magnetizada pela Rua Barão de Itapetininga.²⁶

Um rápido levantamento das seções dedicadas às artes plásticas em alguns jornais paulistanos de 1944 mostra que grande parte das galerias de arte de São Paulo acompanhava o processo de transferência da vida cultural do centro velho para o novo. Basta-nos mencionar o jornal *Folha da Manhã*, de 20 de setembro de 1944, que anunciava exposições de Jorge Reider na rua d. José de Barros, n. 296; de Francisco Budai na mesma rua, n. 324; de Timotheo Perez Rubro, Gentil Garcez e Ruy Martins Ferreira na galeria Itá, na rua Barão de Itapetininga; de G. Perissinotto na Galeria Nigri, à rua dos Timbiras, n. 597; e de Lívio Abramo no ateliê do pintor Clóvis Graciano, situado à rua Xavier de Toledo, nº 98, sala 114. Esse último, como se vê nos informes do Deops, viria a acolher, nos primeiros meses de 1945, pelo menos uma das reuniões de que resultaria a por tantos anos esquecida “Aliança Democrática Popular”.²⁷

Curioso assinalar que, ao consultar a *Folha da Manhã*, percebemos que a partir da segunda metade de outubro de 1944 o jornal deixou de estampar as notícias de arte no setor de “crônica social”. Essas notícias migraram ao espaço em certo sentido mais “público” reservado à música e às conferências – corroborando linhas de argumento lançadas pelos personagens de Lúcia Helena Gama.

Os pintores Flávio de Carvalho e Quirino da Silva moravam em um prédio na rua Barão de Itapetininga, onde também tinham os seus ateliês frequentados por vários

Planalto, de Herculano Pires; *Olavo Bilac*, de Fernando Jorge; *Capa Preta*, de Leão Machado; e outros muitos trabalhos também de autores consagrados pela crítica. São todos livros que custam sempre muito mais que mil cruzeiros... (...) portanto, somente os senhores capitalistas... E há, também, na Barão de Itapetininga, drogarias montadas até com certos requintes de luxo. Exemplo? A “Drogasil”. E galerias admiráveis, como a “Califórnia” e a “Guatapará”. (...) Há edifícios de magníficas linhas arquitetônicas e de imponente fachada lembrando os gigantescos prédios construídos em Washington, Roma ou Buenos Aires. É artéria comercial. Bem asfaltada e de rigorosa limpeza. Nem lhe falta uma boa Casa de Crédito, pois lá está, para confirmação do seu grande movimento econômico, o Banco Da América. E confeitarias, então? E bares? Há bares até xifópagos, mistos de bares e confeitarias. Há também ótimas bombonières e casas de fazendas (...)” (Marques, G., op. cit., pp. 263 a 265).

26 Cit. por Bruno, op. cit., p. 1364.

27 Ver Iumatti, P. T., op. cit., pp. 59 a 70.

artistas e intelectuais²⁸. Foi no ateliê de Quirino da Silva, por exemplo, que Sérgio Milliet travou relações com pintores, desenhistas e ilustradores de livros como Mick Canicelli, artista “fogososo na pincelada e nas palavras”; Washt Rodrigues, de quem passaria a ser íntimo; e Flávio de Carvalho²⁹.

O novo centro condensou muito da extremamente diversificada atmosfera intelectual paulistana (muito embora deva-se lembrar que no dia-a-dia era comum, e ainda o seria por muito tempo, o “trânsito” pelo chamado “centro velho”³⁰). Foi quando floresceu, como se sabe, pela iniciativa de Alfredo Mesquita e Paulo Duarte, a Livraria Jaraguá, na rua Marconi.³¹ A Jaraguá abria espaço em seu salão de chá para exposições de arte e de fotografias.³² Nela reuniam-se, conversavam, debatiam ou apenas se entreolhavam vários intelectuais ou aspirantes a intelectuais³³.

28 É sugestivo da atmosfera dessa rua em que se localizavam muitas galerias de arte o seguinte trecho de um livro de Sérgio Milliet: “Vou pela rua Barão de Itapetininga e vejo (Flávio de Carvalho) perseguido por moleques a gritarem ‘peru, peru’. Foi o Quirino da Silva que inventou a brincadeira.” (*De cães, de gatos, de gente*. São Paulo, Martins, 1964, p. 103); sobre os encontros entre intelectuais e artistas como Rebolo Gonzales, Hilde Weber, Volpi, Mário Zanini e o grupo da *Revista Clima* na casa de Oswald Andrade, consultar Fonseca, M. A., op. cit., pp. 228 e 229.

29 Milliet, S., op. cit., pp. 89 e 90; ver também Gama, L. H., op. cit.

30 Gama, L. H., op. cit. Veja-se, por exemplo, a descrição de Mário da Silva Brito da movimentação em torno da Drogaria Baruel, “no cotovelo da Praça da Sé com a Rua Direita” (*Diário intemporal*, Rio de Janeiro, S.N., 1970, p. 83). Nas reminiscências de S. Milliet, a tendência à concentração de atividades nos dois centros, no “antigo” e no que viria a ser o “novo”, bem como o tempo dessa condensação, são confundidos e distorcidos. De certa forma, isto pode nos servir de alerta para que não caiamos na tentação de impor barreiras rígidas nesse particular, submetido à experiência específica de cada indivíduo: “(...) Mas certos dias de angústia (...) a vontade de novas aventuras era irresistível. Então atravessava o viaduto. Não saía da cidade, mas era um mundo diferente que me acolhia. Nunca fui até o exotismo da rua 25 de Março, bastavam-me a 15 de Novembro, a Direita e a São Bento. Sou um homem da margem esquerda do Anhangabaú, que não sabe circular de automóvel pela Praça da Sé. No entanto, boa parte de minha atividade desenrolara-se do lado direito: Partido Democrático, Diário Nacional, Leiteria Pereira, Estado, reuniões no apartamento de Guilherme de Almeida, bate-papos com Ferrignac, Biblioteca da Faculdade de Direito, a Vida dos Municípios, com Antonio de Alcântara Machado. Mudara porém para os lados da Praça Marechal Deodoro, enfronhara-me nos mistérios da Avenida São João, e a Praça Ramos de Azevedo constitui a fronteira de minhas andanças.” (op. cit., pp. 78 e 79).

31 Rua que fora aberta em meados da década de 30. Suas obras recebiam a visita dos olhos curiosos dos alunos do Colégio Ophelia Fonseca, na hora do recreio (Branco, F., op. cit., pp. 27 e 28).

32 “Inauguração da exposição de fotografias do Rio de Janeiro pela Sra. Inge de Beausacq, às 17 hs, no salão de chá da Livraria Jaraguá, à rua Marconi, 54” (*Folha da Manhã*, 4 de outubro de 44).

33 Ver Gama, Lúcia Helena, op. cit.

Em um depoimento de 1944, Paulo Emílio Salles Gomes, ao criticar as tendências preponderantes de posicionamento ideológico diante de um determinado momento da II Guerra, aludia às “correntes políticas da rua Barão de Itapetininga e adjacências”, das quais “todos, em maior ou menor grau, participaram”.³⁴

É emblemático de uma das atitudes possíveis dentro do universo intelectual das décadas de 30 e 40 que o “modesto radicalismo” dos novos “profissionais” da Universidade de São Paulo, professores e estudantes, não os impedisse de participar da vida “burguesa” dessa região:

(...) De fato, em nosso tempo de estudantes havia *matinéés* dançantes no Hotel Esplanada, de que participavam alunos e os professores estrangeiros; e todo o mundo ia tomar chá na Confeitaria Vienense.

Nesta última reunia-se “quase todas as tardes” o grupo da revista *Clima*, em sua maior parte composto de jovens estudantes dos novos cursos daquela universidade.³⁵ Antonio Candido sublinha contudo que aqueles eram “aspectos contingentes e acessórios” do movimento de ascensão das universidades, que, apesar de sua inserção no universo das elites dominantes, deu aos novos estudos uma tonalidade crítica e possibilitou a emergência de um pensamento radical de classe média.

Este, portanto, o cenário em que brotaram, em 1943, a livraria e editora Brasiliense e a revista *Ilustração*, as quais congregaram os setores intelectuais e militantes mais engajados nas questões e lutas sociais da época. Lembremos que antes de sua transferência para a Barão de Itapetininga, a Brasiliense situava-se na rua D. José de Barros,

34 Houve assim a tendência, em dada altura do conflito, a “considerar a Alemanha de Hitler como um país capaz de realizar a unificação da Europa e quebrar o imperialismo inglês e americano (...). Naquele tempo as correntes políticas da rua Barão de Itapetininga e adjacências perderam a cabeça. À esquerda Oswald de Andrade explicava a socialização da Alemanha; e à direita Ângelo Simões Arruda a fascistização da Rússia. Um elogiava o realismo de Hitler; outro o de Stalin. E ambos falavam em fatalidade histórica. (...) Eles foram a caricatura de duas orientações de pensamento que se afirmavam a sério, e das quais todos, em maior ou menor grau, participaram”. (In Calil, C. A. e Machado, M.T. (orgs.). *Paulo Emílio – um intelectual na linha de frente*. São Paulo/Rio de Janeiro, Brasiliense/Embrafilme, 1986, p. 89).

35 “Conversávamos, ríamos muito, inventávamos coisas, discutíamos as aulas e os professores, freqüentávamos concertos, procurávamos filmes esquecidos em cinemas de bairro, fomos passear em Santo Amaro, o que naquele tempo significava uma excursão fora da cidade. Éramos um grupo alegre, sociável, irreverente, diverso da relativa circunspeção da revista (*Clima*)” (Candido, A., *Teresina etc.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, pp. 93, 94 e 142).

também localizada no chamado centro novo. Tais setores movimentavam-se, é certo, no interior de determinados universos discursivos e ideológicos que seria hoje demasiado fácil questionar. Colaborar para um resgate do *imoderado radicalismo* de suas propostas, eis o objetivo das páginas que seguem.

IV

Na década de 30 e em inícios dos anos 40, muitas editoras, envoltas em redes de poder, eram centros de encontro da “intelectualidade”³⁶. O editor e agitador cultural José de Barros Martins, que substituiria Mário de Andrade como diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, cultivava relações pessoais e fazia

de sua editora [fundada em 1940], do seu escritório de trabalho e inclusive de sua própria casa, um centro de confluência e de irradiação dos intelectuais, artistas e escritores da época.³⁷

A toda hora, pela editora, segundo Silva Brito, “apareciam artistas e escritores, poetas e romancistas, sociólogos e economistas, historiadores e professores, enfim pessoas que, de algum modo, a ela se ligavam como amigos, escritores e colaboradores”.

Dentre estes, que compunham o que Heloísa Pontes chama de seu *staff*, vários eram professores da Universidade de São Paulo ou integrantes do Departamento de Cultura, como Sérgio Milliet, Mário de Andrade, João Cruz Costa, Eurípedes Simões de Paula, Herbert Baldus, Pierre Monbeig, Rubens Borba de Moraes e Donald Pierson.³⁸ Por outro lado, a bem mais modesta “Edições Cultura Brasileira” era freqüentada pelo escritor e jornalista Galeão Coutinho – que era também um de seus diretores; pelo dramaturgo Oduvaldo Vianna; pelo poeta Cleomenes Campos; e pelo advogado comunista Danton Vampré. Este último fora preso com Caio Prado Júnior em 1935, quando do malogro da Aliança Nacional Libertadora – descrita pelo historiador paulistano em

36 O acompanhamento do universo dos concursos literários promovidos pelas editoras nos mostra um pouco desses modos de sociabilidade da época. Ver Amado, J. *Navegação de Cabotagem*, Rio de Janeiro, Record, 1992, pp. 515 e 516.

37 Pontes, H, “Retratos do Brasil: Editores, Editoras e ‘Coleções Brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”. In: Miceli, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice, 1989, p. 382.

38 Pontes, H, op. cit., p. 381.

seus *Diários políticos* como uma desastrosa “aventura prestista”. A editora publicava livros de esquerda como *Os dez dias que abalaram o mundo*, de John Reed.³⁹

V

Além da organização de sua editora e da revista *Ilustração*, Caio Prado Júnior esteve empenhado, em 1944, na edição de um outro periódico. Tendo comprado a revista de variedades *Hoje – no que se pensa*, espécie de *Reader's Digest*, o historiador parece ter buscado mais um instrumento de penetração em meio a segmentos diversificados da população citadina. O periódico passou a se chamar *Hoje – o mundo em letra de forma*. Conforme depoimento de Lázaro Borges, e a despeito do fato de ter sido anunciado na imprensa por Nelson Palma Travassos, o *Hoje* de Caio Prado e Artur Neves, perseguido pela ditadura varguista, foi um fracasso comercial e teve como destino a distribuição gratuita e clandestina nos populares bondes que ainda circulavam pela cidade.

Alguns dos intelectuais que fundaram a revista *Ilustração* se congregavam na sede da livraria Brasiliense, então situada na rua D. José de Barros. Lázaro Borges, ex-funcionário da Brasiliense, conta-nos sobre os vários “tipos” que batiam à sua porta naqueles tempos. Já a revista *Hoje*, além de ter provavelmente representado uma tentativa de estabelecer mais um elo entre a intelectualidade comunista ou de esquerda do grupo de Caio Prado Júnior e outros setores sociais e políticos, foi também o embrião do afamado jornal do PCB em São Paulo, o *Hoje*. Este foi fundado em outubro de 45⁴⁰, quando a linha política em que Caio Prado Júnior tanto se empenhara já havia sido derrotada.

Mesmo assim, em torno desse jornal, editado em seus primórdios nos fundos da Brasiliense, teria se criado um clima de “grande efervescência intelectual”. As memórias de Elias Chaves Neto, jornalista comunista, primo e amigo íntimo de Caio Prado Júnior

39 Vianna, D. *Companheiros de Viagem*. São Paulo, Brasiliense, 1984, pp. 28 e 29.

40 “Circulará hoje em São Paulo o primeiro jornal comunista denominado “Hoje”, que obedece a orientação do sr. Milton Caires de Brito e tem no seu corpo redatorial jornalistas de nomeada como os srs. Caio Prado Jr., conhecido escritor e sociólogo, Nabor Caires de Brito e Antonio Mendes de Almeida”, *Diário da Manhã* (Niterói), 6 de outubro de 45; “O Aparecimento de ‘Hoje’”, *Diário de São Paulo*, 6 de outubro de 1945.

dão um testemunho desse clima, narrando a movimentação de médicos, escritores, líderes sindicais e militantes que se encontravam no espaço da Editora: ⁴¹

Eram as mais diversas as pessoas que vim a conhecer na redação do *HOJE*, em organização (...)

(...) enfim, toda a intelectualidade, que naquele tempo se dizia de esquerda, e que via, nos novos rumos que a política parecia ir tomando no mundo, o raiar de uma nova era.

VI

O colorido da vida social e intelectual que cercava Caio Prado em sua Editora pode ser visto em outros depoimentos. Referências à Brasiliense e ao historiador aparecem dispersas em alguns livros de memórias. Às vezes, de forma quase acidental, apenas um pretexto para uma digressão acerca de um assunto qualquer, a memória caminhando tortuosamente e desaguando em mares obtusos, como no caso de Jorge Amado:

1945 (São Paulo) – Celebramos Caio Prado Jr. na livraria repleta de admiradores⁴². Paulo Mendes de Almeida aponta-me Wanda meio escondida à sombra de uma estante: – Veja como é bela! Repare no rosto, rosto de escudo, uma beleza hereditária, de séculos. Os poetas sabem, eu apenas confirmo: a irmã mais velha de Zélia é realmente bela, o rosto plácido, sonhador, escudo de Veneza...

...e o escritor baiano entra a falar por três páginas da família Gattai, não mais aludindo ao ambiente da Livraria ou a Caio Prado Jr.⁴³.

Outras vezes, surgia a lembrança daquele que era “um desses homens únicos, que só a presença enchia, a todos nós, de conforto e razão de viver”. Monteiro Lobato recebia seus amigos, admiradores e leitores em pequenos intervalos suficientes para imprimir-lhes no espírito seu carisma, como nos sugerem os depoimentos de Mário da Silva Brito⁴⁴ e Anísio Teixeira. Este último, conquanto referindo-se a um outro momento, dá-nos uma boa idéia da aura patética que envolvia o escritor:

41 *Minha vida e as lutas de meu tempo*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977, pp. 74 a 78.

42 Muito provavelmente pela publicação da primeira edição da *História econômica do Brasil*.

43 Amado, J. *Navegação de Cabotagem*, op. cit., pp. 288 e 289.

44 Op. cit., pp. 153 e 154.

Nos últimos meses, já quase sem fôrças, ferido de morte, recordo-me vê-lo no canto que lhe preparou a Livraria Brasiliense, sentado em sua cadeira, fraco mas siderantemente lúcido, a receber a todos que passavam e lhe iam falar. Nunca tive tão material a visão da posteridade a falar a um escritor (...) ⁴⁵

A figura marcante de Monteiro Lobato não só perdurou na memória dos diversos intelectuais e escritores que iam à Brasiliense somente para encontrá-lo, mas também na das crianças que o escritor fazia questão de receber⁴⁶. Crianças que constituíam a parte do público que mais lhe agradava, para a qual lamentava não ter escrito mais⁴⁷. Diga-se, aliás, que sua simpatia pelas crianças era compartilhada por Caio Prado Júnior, que as entretinha com desenhos e brinquedos de papel. Também ele guardou, nos anos posteriores à morte de Lobato, em 1948, a lembrança indelével de sua figura⁴⁸.

A Brasiliense promovia coquetéis não só para a estréia de livros editados pela casa, mas também para a daqueles publicados por outras editoras, principalmente se seus autores fizessem parte de seu círculo de relações políticas. Conforme as memórias de Zélia Gattai, em 1944,

os jornais anunciavam que Jorge Amado era esperado em São Paulo. Saíra seu romance *São Jorge dos Ilhéus*, e a Livraria Brasiliense, na Rua Dom José de Barros, oferecia um coquetel em sua homenagem. Convidei Wanda, minha irmã, e juntas nos dirigimos à Brasiliense na hora marcada. Com grande dificuldade conseguimos entrar na livraria abarrotada de gente. Muitos escritores e artistas, entre eles Monteiro Lobato, meu ídolo dos tempos em que Narizinho Arrebitado, Pedrinho e a boneca Emília eram meus heróis. Juntamo-nos a Sul e Clóvis [Clóvis Graciano, o pintor comunista, um dos capistas e ilustradores da Brasiliense]. Quem sabe, nesse dia, eu seria apresentada a Jorge Amado? (...) O Jorge Amado que via na Brasiliense não era tão magro nem tão agitado como o vulto que me ficara na lembrança (...) [Ele] saía pela primeira vez da Bahia depois de seu confinamento. Os tempos mudavam. Viajara sem pedir permissão, não fora incomodado (...) *São Jorge dos Ilhéus* estava sendo vendido livremente, assim como *Terras do Sem Fim* e novas edições dos livros anteriores.⁴⁹

45 Teixeira, A., apud Cavalheiro, E., op. cit., v. II, pp. 332, 335 e 336.

46 Depoimento de L. Borges.

47 Ver Cavalheiro, E., op. cit.

48 Depoimento de Danda Prado; depoimento da Professora Maria Odila L. da S. Dias.; Prado Jr., C., "Monteiro Lobato", in *Fundamentos*, n. 4/5, set-out. de 1948; "Prefácio" de 1946 a Lobato, M., *O escândalo do petróleo e do ferro*. 7 ed. São Paulo, Brasiliense, 1955.

49 *Um chapéu para viagem*. Rio de Janeiro, Record, 1987, p. 28; J. Amado também menciona este dia:

Além disso, havia exposições de quadros de artistas plásticos famosos, parte deles engajada na esquerda, em especial os chamados “pintores proletários” que formavam o “grupo Santa Helena”: Rebolo Gonzales, Mário Zanini, Clóvis Graciano, Pennachi, Riz-zotti, Volpi, Manuel Martins e Aldo Bonadei⁵⁰.

Para entender o modo como os artistas plásticos se inseriam no acanhado mundo intelectual paulistano das décadas de 30 e 40, é mister salientar que suas atividades deitavam raízes em um ambiente marcado pelas relações de amizade e parentesco formadoras do caldo em que se banhavam as múltiplas identidades de grupo e de ideologia, que se faziam e desfaziam ao sabor das contingências.

No tocante a Caio Prado Júnior, é instrutivo o estudo do universo que ele, desde criança, vivenciou: em um mundo delimitado por restritos círculos sociais, as artes plásticas falavam muito, e cada vez mais, à sensibilidade da família Prado. Com efeito, um dos aspectos da disponibilidade do tempo nessa família era o gosto pela arte. Assim, o pai de Caio Prado Jr. tinha à sua volta, nos almoços “abertos” que fazia semanalmente, artistas plásticos como Quirino da Silva, V. Gobbi e Flávio de Carvalho, amigos de Caio Prado Jr. e principalmente de seu irmão, o conhecido pintor Carlos Prado⁵¹. O “cosmopolitismo” alimentado pelos membros da família transcendia, nessas ocasiões, barreiras sociais e étnicas.

Assim, Caio Prado Jr., por viver em um meio social e familiar imbuído dessa atmosfera, tinha amizade com alguns artistas plásticos. Flávio de Carvalho o acompanharia em sua viagem etnológica a Ouro Preto, onde, em 1940, repetindo a célebre trajetória dos modernistas de 22, ambos visitaram as supostamente “atávicas” festivi-

“Em 1944, na cidade de São Paulo, durante o coquetel com que se festejava a publicação de São Jorge dos Ilhéus, na Livraria Brasiliense, aproveitando a aglomeração (...)” (Amado, J., op. cit., p. 264).

50 Ver Zanini, W. *A arte no Brasil nas décadas de 1930-40*. São Paulo, Nobel/Edusp, 1991; Lourenço, M. C. F., *Operários da Modernidade*. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1995.

51 Convém lembrar ainda que quando o jovem Claude Levi-Strauss esteve no Brasil para lecionar na recém-fundada Universidade de São Paulo, pediu-se às famílias paulistanas tradicionais ou ricas que solicitassem os serviços de seu pai, que era retratista, para ajudá-lo financeiramente. Foi assim que os filhos de Caio Prado Jr., Caio Graco e Yolanda, tiveram os seus retratos feitos pelo Sr. Lévi-Strauss (Depoimento de Danda Prado). Note-se ainda que Caio Prado Júnior tinha em sua biblioteca um imenso painel, pintado pelo seu irmão Carlos Prado, que mostrava o embarque do café em um porto brasileiro (álbum de fotografias de Caio Prado Júnior – Arquivo Danda Prado).

dades da Semana Santa. Em outro plano de sua vida, também sua postura marxista ia, parcialmente, ao encontro desse ambiente: se, por um lado, em seu esforço de entender a história do Brasil o que predominaria, ao longo dos anos, seria o exato oposto do que poderíamos chamar de “sensibilidade artística”, por outro, quando escrevia, em 1932, o manifesto do “Clube dos Artistas Modernos” (fundado por Carlos Prado, Flávio de Carvalho, Di Cavalcanti e Antônio Gomide), e participava, em 1933, de uma de suas semanas de palestras⁵², estimulava-o o caráter “engajado” desses eventos.

Sugestivo do modo como evoluíram as relações do jovem sensível que era Caio Prado Júnior com a arte é o episódio do entusiasmo que lhe causara a leitura de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, em começos da década de 30:

Os Sertões de Euclides da Cunha não dão, em conjunto, a meu ver, uma idéia rigorosamente adequada dos sertões reais do nordeste. Experimentei-o pessoalmente quando, por ocasião de meu primeiro contato com aquela região (já lá vão dessa data quasi 30 anos), procurei muitas vezes, sem encontrar, a imagem que trazia dos Sertões euclidianos, que o entusiasmo do leitor juvenil daquela época, pelo grande escritor, gravára em meu pensamento. Esse desaponto deu lugar mais tarde, depois de novas leituras dos Sertões, e de outras e repetidas viagens pelos sertões reais, à conclusão de que efetivamente o grande literato e primoroso estilista que foi Euclides da Cunha, se imprimira muito mais nos Sertões, que o observador e analista social [sic].⁵³

Nos últimos anos do Estado Novo, artistas plásticos participavam da esfera política oposicionista e viviam intensamente a atmosfera de radicalização e luta pela democratização, encontrando-se em manifestações, exposições, ateliês e casas de intelectuais e amigos. Assim, Reboló Gonzales, Aldo Bonadei e Mário Zanini, que participaram com Caio Prado Jr. de uma caravana de intelectuais e artistas paulistas a qual, em maio de 1944, realizou uma visita de caráter político a Minas Gerais (da qual também fizeram parte Sérgio Milliet, Alfredo Mesquita, Décio de Almeida Prado, Arnaldo Pedrosa

52 Foi nesse Clube que Caio Prado Jr. deu as palestras sobre a viagem que fizera à URSS da qual resultou o livro *URSS, um Novo Mundo*. Neste evento ainda houve, dentre outras, uma conferência em que Mário Pedrosa fez uma análise da arte engajada e uma comunicação de Tarsila do Amaral em meio a uma exposição de cartazes russos. (Lourenço, M. C. F., op. cit.; Martinez, P., *Caio Prado Júnior – a dinâmica de um pensamento crítico* (1924 – 1932). Tese de Doutorado defendida na FFLCH da USP em 1998; e Daher, L. C., *Flávio de Carvalho e a volúpia da forma*, MWM – IFK, Raízes, 1984, p. 192).

53 Carta de Caio Prado Júnior ao Professor Arivelsio Padilha, da Casa Euclidiana de São José do Rio Prado (São Paulo, 26/4/60, pp. 1 e 2. Arquivo particular).

d'Horta, Paulo Emílio Salles Gomes, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Oswald Andrade, Alfredo Volpi, Hilde Weber, Clóvis Graciano, Lourival Gomes Machado, Mario Schemberg e Eduardo Maffei, dentre outros⁵⁴), expuseram seus quadros no salão da Livraria Brasiliense.

Essas exposições patrocinadas pela Brasiliense foram divulgadas e comentadas por críticos no espaço quase diário que a imprensa conferia à arte. Mário Zanini, que pouco antes de expor em Minas Gerais a convite da prefeitura de Belo Horizonte, mostrara os seus quadros na Editora, mereceu um comentário de Osório César, em nota de 22 de maio de 1944 publicada no *Diário da Noite*. Observando os quadros lá expostos, o crítico realçou a rápida trajetória do artista: a pintura mais rala, de cores suaves e de sabor “um tanto primitivista” das paisagens da primeira fase de sua obra cedera lugar às pesquisas recentes, amadurecidas, nas quais sua pintura, agora empastada, refletia um estilo pessoal ligado ao seu temperamento, que se traduzia em cores mais fortes, com preferência para os ocre e verdes⁵⁵.

Foi também Osório César quem elaborou o catálogo para a mostra individual de Aldo Bonadei na Brasiliense.⁵⁶ Bonadei participara, em 1943, junto a um grupo de artistas, de uma exposição “Anti-Eixista”. Entretanto, o mais significativo comentário acerca de uma exposição no espaço da Editora de Caio Prado Júnior, Artur Neves e Monteiro Lobato foi sem dúvida o de Sérgio Milliet quando analisou em 22 de setembro de 1944 a exposição individual de Rebolol Gonzales. Nas considerações do crítico ficava claro que a busca de unidade e de estabilidade – a bandeira da Razão contra o fascismo e o nazismo – era uma característica importante da atmosfera intelectual dos anos 40 (a própria Brasiliense, aproveitando-se do anseio difuso pelo uno que permeava a cultura brasileira, anunciava, já em 1943, que as suas coleções comporiam um “todo harmônico”):

54 Fonseca, M. A., op. cit., p. 238.

55 Cit. por Alice Brill. *Mário Zanini e seu tempo*, São Paulo, Perspectiva, 1984, pp. 90 a 92. Ver também Milliet, S. “Artes e Artistas – Mário Zanini”, *O Estado de S. Paulo*, 24/5/44.

56 O catálogo se iniciava dessarte: “As suas paisagens atuais, de tonalidades bonitas, tem uma grande sensibilidade e encantam pela poesia que elas exprimem. As naturezas-mortas são notáveis não só pela liberdade de composição como pelo desenho e pelas cores cinzas de sua predileção. Nas composições subjetivas, como em Beethoven, 5a. Sinfonia, Bonadei interpreta, simbolicamente, uma emoção temática...” (in *Bonadei*, São Paulo, Emanuel Araújo, 1980, pp. 28 e 122).

O que caracteriza a exposição de Rebolo Gonzales, inaugurada anteontem na Livraria Brasiliense, à rua D. José de Barros, é a unidade da pintura apresentada. Unidade de espírito e unidade de forma. Quanto ao espírito essa unidade se traduz na percepção de uma poesia simples, na permanente comunhão com a paisagem. Quanto à forma a unidade se evidencia nas constantes dos ritmos e dos meios tons. Da conjugação de ambas as unidades nasce uma unidade maior e que constitui a personalidade bem marcada do pintor. Toda a luta de Rebolo Gonzales consiste, já agora, em não se entregar a uma formula, em não cair na repetição de certas soluções. Do embate nem sempre sai vencedor (...) O mais das vezes, porem, através de (simplificações) se exprime realmente a penetração do artista. Elas são então sínteses e não simplificações; elas são essência e não esquema. (...).⁵⁷

Talvez ecoando e distorcendo relatos e pinturas dos ilustrados e naturalistas estrangeiros do século XIX, nas décadas de 30 e 40 artistas plásticos como Rebolo Gonzales visitavam os arrabaldes da cidade de São Paulo para pintar as suas paisagens suburbanas, rurais e não raro rústicas. A propósito, Sérgio Milliet, que quando jovem fora profundamente marcado por seus anos de formação e estudos na Suíça⁵⁸, realizou, nesses anos, com Clóvis Graciano – um dos ilustradores dos livros da Brasiliense – e Aldo Bonadei, “numerosas excursões pelas cercanias de São Paulo”⁵⁹. Dimensionando o papel de Caio Prado Jr. no contexto da cultura produzida nesses anos vale a pena abrir parênteses para destacar que, concomitantemente, também ele percorria a urbe e sua periferia: buscava pensar a concretude dos interrelacionamentos entre os múltiplos fatores de sua formação histórica e geográfica, lendo e interpretando uma paisagem que lhe feria a sensibilidade e que se lhe apresentava como desorganizada e descontínua, fruto de um crescimento desordenado e caótico em que se evidenciavam as dissonâncias de uma estrutura social extremamente desigual, e em que despontavam, por vezes, chagas expostas de sua formação geológica. Ao gozo estético precocemente desenvolvido

57 Ver também F. Rebolo Gonzalez, *Diário de São Paulo*, 27 de set. de 1944; “A exposição da Brasiliense”, *Diário de São Paulo*, São Paulo, 30 de janeiro de 1945; F. Rebolo Gonzalez, *O Estado de S. Paulo*, 22 de set. de 1944; Quirino da Silva, “Rebolo Gonzales”, *Diário da Noite* (São Paulo), 10 de out. de 1944 (*Rebolo*, coleção MWM- IFK, vol. 7).

58 Gonçalves, L.R. *Sérgio Milliet, crítico de artes*. São Paulo, Perspectiva, 1992.

59 Em 1964, Milliet rejeitaria essa época: “Como as palavras, as linhas, os volumes, as cores, de início, servem também para copiar e comunicar, mas com as crianças e os artistas adquirem valores próprios, vagos, pessoais, de força sugestiva. Houve um tempo em que tais liberdades me irritavam um pouco. Eu estudara economia, ciências sociais, fazia pesquisas e parecia-me que tudo isso (...) visava a um objetivo útil e precisava ser acessível aos outros. Não tinha descoberto a poesia” (Milliet, S., 1964, p. 73).

na infância e na juventude substituíam-se as asperezas da “realidade” colonial e capitalista. Desse ponto de vista, o conceito de “civilização” de geógrafos como Vidal de la Blache e Jules Sion e dos historiadores do grupo dos *Annales* era inaplicável; nas paisagens das cidades, dos sertões, e de tantas outras regiões do país – como o Vale do Paraíba de “Cidades Mortas”, de Monteiro Lobato –, a lógica do povoamento, o “sentido da colonização”, deixavam um rastilho de taperas e ruínas e não uma “civilização”.

Evidentemente, nem tudo o que acontecia no espaço da Brasiliense era espelho do pensamento de Caio Prado Jr. Se, de um lado, ele não era o seu único diretor, e, de outro, a tolerância em relação à diversidade era um princípio democrático fundamental em seu esforço de congregação política da intelectualidade e mesmo em seu temperamento, devemos observar também que inúmeras tensões permeavam a atmosfera que o rodeava. Essas tensões se aguçariam a partir de maio de 1945, com o anúncio do apoio de Luís Carlos Prestes a Getúlio Vargas.

Recordemos que entre o ano de 1944 e o período de fundação do jornal *Hoje* a que se refere Elias Chaves Neto interpôs-se o advento do fracasso político de Caio Prado Júnior e daqueles que o acompanhavam em seu esforço de articulação das correntes de esquerda com as populações pobres dos bairros de São Paulo. De maio e sobretudo agosto de 1945 em diante, os médicos, intelectuais e mesmo grande parte dos militantes comunistas que compareciam à Brasiliense tiveram de suportar o triunfo do cnpismo⁶⁰ no PCB. Ainda que envolvidos na publicação do *Hoje*, nutriam profundas discordâncias com relação ao posicionamento de Prestes e do próprio Partido⁶¹. Na atmosfera intelectual e política da Editora, situada no coração do “centro novo”, palpi-

60 A Cnop (Comissão Nacional de Organização Política) era a corrente do PCB que, no final do Estado Novo, defendia uma política de “união nacional” em torno de Getúlio Vargas.

61 Como se vê nos *Diários Políticos*, em 1946 Luís Carlos Prestes convidou pessoalmente Caio Prado Júnior a escrever para o aniversário de um ano de existência do *Hoje*. Nenhum traço do descontentamento profundo que sentia o historiador nessa época, e que se vê naqueles *Diários*, foi vazado no texto submisso e retórico que escreveu: “Se os limites materiais destas páginas foram insuficientes para conter tudo quanto quereria dizer este grande povo paulista, doutro lado também é certo que nenhuma delas, nenhuma (a) de suas linhas ou palavras jamais exprimiu outra coisa que não a voz popular. Colaboraram aqui ao lado de jornalistas profissionais integrados na vida do povo, homens e mulheres de todas as classes sociais exprimindo cada qual os anseios e aspirações da população paulista. Intelectuais, trabalhadores de todas as categorias, operários e camponeses, homens e mulheres da cidade e do campo, dos grandes centros e dos mais humildes arraiais, todos trouxeram para as páginas do HOJE sua colaboração que é assim a de todo povo de São Paulo.” (Prado Jr., C., “Um ano de existência”, *Hoje*, 5/10/46)

tava uma grande insatisfação. Monteiro Lobato, já talvez “ferido de morte”, abandonava-a dentro de poucos meses, rumo a seu refúgio na Argentina.

VIII

O estudo da atmosfera intelectual que cercava Caio Prado Júnior em meados da década de 40 revela um mundo em que grande parte da intelectualidade se articulava ou ao menos se conhecia⁶². As relações de amizade e as afinidades entre idéias se construía também nos espaços de sua Livraria e Editora. Por outro lado, escritores procuravam-na para receber seus direitos autorais e saber se havia “algum trabalho”. O problema da sobrevivência tornava escritores e editores mais próximos, mais suscetíveis a problemas pessoais, que assim também jogavam o seu papel na definição dos trabalhos. Esse lado solidário que permeava parte da vida intelectual da época colaborou para a tolerância com que militantes comunistas e intelectuais de esquerda ou liberais suportaram, em parte e por algum tempo, a linha política getulista assumida por Prestes.

Todavia, a diversidade de perspectivas que esse pequeno mundo oferecia no período da guerra, inserido em seu contexto urbano, ainda espera ser reconstruída. De outro ângulo, uma questão mais ampla abriria todo um complexo universo composto de diversos matizes: destoaria a presença de “intelectuais” imbuídos de uma gama extremamente rica de inclinações ideológicas e políticas permeadas pelo clima de “radicalização” característico das décadas de 30 e 40 em meio ao “centro novo”?

Não, de um lado, para uma parte da elite cultural cujo universo citadino sempre fora delimitado pelas regiões centrais as quais talvez visse como o seu “ambiente natural”; e não, em parte, para aqueles que conferiam um sentido irônico e estratégico à sua luta dentro do próprio espaço que era o símbolo máximo da ordem social que desejavam subverter; para outros membros dessa elite, contudo, sim, pois a experiência da atmosfera de radicalismo desses anos chegara-lhes como uma revelação patente no próprio espaço urbano que os cercava o qual, de certa forma, apresentava-se-lhes como uma tênue “fachada” novamente permeada pelo imperialismo cultural: esses intelectuais viviam com intensidade as contradições entre, de um lado, o seu engajamento político e ideológico e, de outro, sua condição social, cultural e étnica, bem como sua inserção em “sociabilidades” permeadas por redes de poder; de sua parte, segundo a

62 Depoimento de E. Sucupira.

experiência pessoal específica de intelectuais e principalmente militantes comunistas de setores médios ou baixos da população, possivelmente sim; e para os “de fora”, moradores da região e transeuntes, também: conforme o depoimento de L. Borges, comentava-se nas ruas, à “boca pequena”, o fato preocupante de haver comunistas na casa onde funcionava a Brasiliense em seus primeiros tempos. Outros ainda, arrivistas e conservadores, disfarçados ou não, viam aquela agitação em que se intrometia “muita gente grossa e desclassificada” como uma mácula que deveria ser apagada do cenário tão civilizado com que se deslumbravam.

Pelo menos estes últimos encontraram eco em iniciativas institucionais. Foram, assim, “representados” pelas estruturas de poder do país.

Duas décadas antes do golpe militar de 1964⁶³, em abril de 1944, Elias Chaves Neto escrevia à revista carioca *Diretrizes* que o “Conselho Universitário” da Universidade de São Paulo autorizara o reitor Jorge Americano a providenciar estudos para a construção de uma Cidade Universitária no Butantã, tendo ficado o Magnífico Reitor igualmente incumbido de entabular negociações relativas a um empréstimo sem o qual não se poderia tocar tal construção. Em filmes, programas de “intercâmbio cultural” e “missões” entre Brasil e Estados Unidos, os “bons brasileiros” haviam se impressionado com os de fato impressionantes *campi* das universidades americanas.

Caracteristicamente, Elias Chaves Neto não contestava que precisávamos de “instalações adequadas ao ensino” e de laboratórios para o estudo das ciências experimentais, realçando os altos serviços que uma modernização do “Instituto de Pesquisas Tecnológicas” poderia prestar “à nossa indústria”. Era necessária ainda uma ampliação da “Escola Politécnica” – o que se evidenciara em 1942, quando a escola viu-se obrigada a recusar matrícula a cerca de 30 alunos aprovados em exames de admissão, simplesmente por falta de vagas. O “vergonhoso” fato foi contornado devido ao protesto da extremamente poderosa “Federação das Indústrias”⁶⁴, que logrou vergar o governo do Estado. Permitiu-se, em consequência e em prol do funcionamento normal das instituições, a matrícula de todos os alunos aprovados.

Também com relação à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a situação era grave, principalmente no que se referia à “falta de espaço”.

63 Parte das reflexões que se seguem foram inspiradas pela conferência da Professora Emília Viotti da Costa durante a cerimônia em que recebeu o título de Professora Emérita da Universidade de São Paulo (1999).

64 Ver Weinstein, B., op. cit.

As secções da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras se acham localizadas no terceiro andar da Escola Normal, onde, além do mais, funciona a reitoria da Universidade (...).

Esses problemas e ainda o da construção de edifícios para os cursos em expansão, somado ao da residência para os estudantes (“especialmente os que, vindos do interior, moram espalhados por péssimas pensões da cidade sem as condições propícias para o exercício de um trabalho intelectual eficaz”) demandavam soluções urgentes.

A resposta de Elias Chaves Neto só pode ser compreendida a partir do clima de efervescência e radicalismo que temos esboçado. Segundo o amigo e primo de Caio Prado Júnior, seria um erro resolver “globalmente” todos aqueles problemas específicos, principalmente se por “globalmente” se entendesse

a edificação de uma cidade universitária, retirada da cidade, espécie de convento no qual estudantes e professores, segregados das preocupações da vida material que consistem na obrigação cotidiana de ganhá-la, possam se dedicar exclusivamente aos problemas de cultura.

Em primeiro lugar, uma cultura que se isola da vida concreta falta de saída à sua finalidade. Cultura é ação, ou melhor, consiste na aquisição de conhecimentos destinados a influenciar a ação do homem. Uma cultura, portanto, só tem sentido se intimamente ligada aos problemas que agitam a vida. Isolar os centros de estudo destes problemas é conseqüentemente um erro anti-cultural. Ou então será puramente gran-fínismo (...).⁶⁵

IX

Como vimos, no final do Estado Novo a Brasiense adensou uma parcela da intelectualidade de esquerda e liberal no “centro novo”, um dos palcos em que se reuniam diversos intelectuais e militantes operários que lutavam pelo final da guerra, pela democratização e por uma sociedade mais justa. Em um contexto em que os momentos de maior sectarismo face ao conflito já haviam sido superados, um grupo preocupado em trazer à tona não o conjunto de valores subjacentes aos segmentos deslumbrados com os medíocres arremedos de “civilização” incrustados no novo centro, mas sim o debate acerca da democracia, das condições de vida dos moradores das periferias citadinas e *principalmente* da imensa maioria de habitantes do campo⁶⁶, congregava em

65 *Diretrizes* (Rio de Janeiro), nº 198, 20 de abril de 1944, p. 21.

66 Dizia a “Nota dos Editores” do livro *Idéias de Jeca Tatu*, de M. Lobato: “Em numerosas páginas deste volume a ‘terra’ aparece em suas onímodas expressões – o interior, a roça, a gente da roça, os costumes e comidas da roça. E Lobato atrevidamente antepõe tudo isso à ‘chinfrineira do litoral’ – essa ‘civi-

torno de sua proposta muitos intelectuais e militantes de diversas opiniões e discordantes dos rumos que a luta pela democracia vinha seguindo.

O primeiro volume da coleção “Problemas Brasileiros”, surgido em 1944, foi o livro *Diretrizes para uma Política Rural e Econômica*, escrito por Paulo Pinto de Carvalho e prefaciado por Monteiro Lobato. Nele, os editores Caio Prado Júnior e Artur Neves afirmavam que os livros dessa coleção destinaram-se a uma revisão geral dos diferentes aspectos econômicos, sociais e políticos do Brasil da “atualidade”; e sobretudo a pesquisar e na medida do possível indicar as soluções que reclamavam os “problemas nacionais”. Tinham como desiderato não somente trazer mais uma contribuição à “cultura geral” do país, mas levar ao público a “opinião autorizada de pensadores e técnicos sobre questões brasileiras fundamentais que se encontravam na ordem do dia”. Se, face ao *boom* do mercado editorial ocorrido durante a Guerra⁶⁷, partilhavam com jornalistas que escreviam para revistas como *O Observador Econômico e Financeiro* o ideal pedagógico de pôr ao alcance do “grande público” estudos capazes de o “esclarecer e orientar”, salientavam por outro lado que esses mesmos estudos tornariam possível a cada um formar “opinião própria” frente às necessidades e os problemas brasileiros.

Para cumprir esta tarefa, a primeira providência foi uma seleção rigorosa de autores e trabalhos a serem publicados. O caráter desta coleção exclui por natureza tudo que não seja estudo concreto que estabeleça claramente, senão conclusões definitivas, pelo menos premissas seguras das quais seja possível chegar à solução das questões abordadas. Divagações e diletantismo científico, tão freqüentes nos assuntos de que esta coleção se ocupará, não caberão nela. [sic]⁶⁸

lizaçozinha de arremedo e de empréstimo onde tudo são mentiras à terra” (São Paulo, Brasiliense, (1950). Compare-se esta passagem com o seguinte trecho de *A revolução brasileira*, de Caio Prado Júnior: “(...) Temos uma fachada, não há dúvida, que apresenta certo brilhantismo. Mas é uma tênue fachada apenas, que disfarça muito mal (...) o que vai por detrás dela neste imenso país de desnutridos, doentes e analfabetos onde se dispersam alguns medíocres arremedos da civilização de nosso tempo” (p. 228). Ver também uma passagem do manuscrito “Viagem a Diamantina” (1941), no qual Caio Prado criticava as transformações urbanas que vinham se processando nos centros e capitais brasileiros, calcados em modelos forâneos e que pouco tinham a ver com a “realidade” do país e suas formas arquitetônicas mais “pitorescas”.

67 Hallewell, L. *O livro no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz/Edusp, 1985; Andrade, O. de S., *A editoração no Brasil*, São Paulo, ECA, 1971; Pontes, H., op. cit.; Ortiz, R. *A moderna tradição brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1991.

68 Costa, A. *Apontamentos para uma reforma agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1945, p. 5.

A mensagem ao populismo de muitos intelectuais e militantes da época era bastante clara, e remete à informalidade dos “debates” e “conversas” de uma opinião pública desorganizada. Obviamente, não cabe nos limites deste artigo fazer uma avaliação crítica dessa proposta e muito menos dos estudos que, entre 1944 e 1946, apareceram na coleção. Contudo, em outro livro nela publicado, *Apontamentos para uma Reforma Agrária*, de Aguinaldo Costa, há uma seção em que o Autor, ao propor uma reforma agrária baseada na fragmentação da grande propriedade monocultora, tentava imaginar um tipo de colonização que a seu ver se ajustaria a características específicas de formas sociais e econômicas enraizadas no modo de vida das populações rurais do país. No item “Casas de Habitação e ‘Centro Urbano’”, ele escrevia:

Está evidentemente claro que não estamos tratando de localizar numa Colonia-Tipo pequenos proprietários existentes, mas, sim, agricultores que, até então, eram assalariados agrícolas e que, agora, passarão a ser pequenos proprietários./ Se isso se verifica, é interessante apelar para a tradição e nela buscar elementos básicos para a solução do problema da habitação, coisa que não fizemos quanto ao regime de propriedade ou exploração da terra por nada existir de concreto sobre o assunto, pelo menos de ponderável./ Ora, se apelarmos para a tradição desses assalariados verificaremos que sempre residiram em “colônias”, “ranchos”, etc., situados em certos pontos da “fazenda”, do “engenho” ou da “propriedade” onde trabalhavam, entendendo-se por “colônias” as casas, os ranchos, as taperas ou os barracões ocupados pelos trabalhadores e situados numa certa área escolhida pelo dono da “fazenda” onde trabalhavam ou mesmo fóra dela. Pela manhã, despertados por esse ou aquele meio, partiam para o serviço, onde faziam as refeições, e regressavam à “colônia”, findo o mesmo. Significa tudo isto, em resumo, que não residiam propriamente na terra em que diariamente trabalhavam, mas em certa zona situada na mesma, em geral perto da “sede”, do “engenho”, da “casa grande”, do “retiro”, da “propriedade”, ou mesmo fóra dela. [sic]⁶⁹

No ponto estratégico da gleba loteada, sim, destinariamos uma área, onde construiríamos, mediante um plano urbanístico, tal como para qualquer cidade moderna – guardadas as devidas proporções, mas não desprezando o menor conhecimento técnico e científico – todas as casas dos lotistas, cada uma com seu pequeno quintal e dotada dos elementos necessários para conforto dos seus moradores (...) Teremos, assim, o Centro Urbano da Colonia-Tipo. [sic]⁷⁰

É verdade que nessa proposta podemos detectar um ideal “civilizador” bastante preconceituoso e conservador, afim com as matrizes discursivas dos que se autoprocla-

69 Idem, pp. 199 e 200

70 Idem, p. 200.

mavam os regeneradores de um “povo doente”. Comentando as vantagens “civilizatórias” do “Centro Urbano” ideal, Aguinaldo Costa escrevia:

Em primeiro lugar, evitar-se-á o isolamento do homem em seu lote; em segundo lugar, serão mais fáceis de inocular-lhes os conhecimentos úteis e as práticas associativas, será mais fácil ministrar instrução aos filhos, proporcionar assistência médica mais fácil e mais útil, um sem número de coisas que pretendemos desenvolver e apresentar oportunamente e que seriam difíceis de realizar na prática, mantendo-se cada homem em seu lote, com tendências para o egoísmo, para o personalismo e horror à cooperação. [sic]⁷¹

Contudo, no contexto da produção cultural paulistana da década de 40, o texto de Aguinaldo Costa apresentava uma proposta cujo núcleo era a *extensão da cidadania aos trabalhadores rurais* a partir do estudo do modo de vida dessas mesmas populações. Ora, a principal plataforma política da “Aliança Democrática Popular” parece ter sido a interação de suas propostas com as reivindicações imediatas das populações pobres e oprimidas, do campo e das cidades. Da mesma forma, a plasticidade das formas políticas em relação à vida social era o *leit-motiv* do pensamento político de Caio Prado Júnior, exposto na conferência “Problemas de povoamento e pequena propriedade” (1944).

É preciso salientar que na parte mais substancial de seu livro A. Costa procurou sondar as particularidades de cada região agrícola brasileira, do ponto de vista de sua ocupação humana e de seus problemas geográficos, econômicos e sociais.⁷² De uma perspectiva mais geral, ele via, subjacente àquele modo de vida, uma “tradição” de desenraizamento, a qual poderia ser aproveitada para a inserção daquelas populações num universo citadino; aí estava, a seu ver, e junto a outras reformas, a *tão sonhada porta de acesso à cidadania*.

Rompendo desta forma, no plano das propostas teóricas, a dicotomia entre o “rural” e o “urbano”, Aguinaldo Costa propunha que os lotistas residissem no Centro Urbano, de onde sairiam diariamente para os trabalhos em seus lotes, utilizando-se de caminhões ou de outros veículos, conforme as distâncias a percorrer.⁷³ Caio Prado Júnior, viajando pelo Sul de Minas em 1940, via já as jardineiras e caminhões transformando o isola-

71 Ibidem.

72 Op. cit., cap. V, pp. 42 a 178.

73 Op. cit., pp. 200 e 201.

mento que prejudicava em diversos níveis as populações rurais daquela região específica⁷⁴. Para Aguinaldo Costa, as “cooperativas” que organizariam em parte o regime de trabalho ideal estariam em interação com o Centro Urbano – o que traria vantagens e possibilidades que poderiam “desempenhar como elemento civilizador e associativo”[sic]. Seria mister, por fim, não esquecer a construção, no Centro Urbano, de um Campo de Esportes, avaliado como “fator de grande importância sob múltiplos aspectos, principalmente tendo-se em vista as competições entre as Colonias e sua ação associativa, cultural e recreativa.”⁷⁵

X

Abandonemos, neste ponto, o livro de Aguinaldo Costa, e lancemos nossas atenções à revista *Ilustração*. Como “conclusão” deste trabalho, transcrevemos um artigo redigido por Caio Prado Júnior, publicado em março de 1944 naquela revista (n. 30). Aparentemente, o artigo, intitulado “O trabalho rural no Brasil”, permeneceu esquecido até hoje.

É frequente em certas regiões do Brasil uma verdadeira escravidão de trabalhadores rurais, retidos por dívidas para com seus patrões, e obrigados por isso a trabalharem indefinidamente afim de satisfazerem seus compromissos. Isto se encontra particularmente (mas não sómente aí), na indústria da extração da borracha. O patrão (o *seringalista* como é chamado) é em regra único fornecedor de seus trabalhadores, porque os centros comerciais se encontram geralmente a grandes distancias; cobra assim preços que entende pelos generos e instrumentos de trabalho que vende aos empregados. Isto aliado a salários muito baixos e insuficientes para a manutenção dos trabalhadores, resulta normalmente em dívidas que crescem sem cessar, tornando aqueles em verdadeiros escravos, obrigados a trabalhar o resto de seus dias para pagar dívidas acumuladas que nunca se saldaram. Euclides da Cunha já observara o fato, e teve a propósito a observação de que o seringueiro era o mais paradoxal dos homens, pois “trabalhava para se escravizar”. / Isto foi escrito há 40 anos. Era de esperar que depois de decorrido tanto tempo, e depois de tantas e tantas leis sociais de proteção do trabalho, as coisas tivessem mudado. Mas não é o caso. Ainda hoje se observa no Brasil o mesmo estado de coisas, isto é, trabalhadores rurais escravizados por dívidas. Raramente temos ocasião de ouvir de casos concretos desta natureza, é verdade. Mas isto se deve ao fato de serem em certas regiões tão normais, que já nem despertam mais atenção. Além disto, vivemos aqui nas grandes capitais do litoral tão alheios

74 Ver o manuscrito “Viagem a Ouro Preto” (1940). Arquivo Caio Prado Júnior.

75 Idem, p. 201.

ao que se passa na realidade em nosso país, que não há mesmo grande probabilidade de chegar ao nosso conhecimento o que ocorre com os ignorados e oprimidos trabalhadores nacionais do interior./ Às vezes contudo, o acaso nos favorece, e levanta um pouco o véu do que se passa no sertão brasileiro. Os tribunais do Rio de Janeiro acabam de tomar conhecimento de um caso ocorrido no nordeste de Mato Grosso, região de seringais, que ilustra bastante o assunto de que nos ocupamos. Seis trabalhadores do seringal "Palmeira", de propriedade da firma Barauna & Chaves, achando-se em grande débito para com seus patrões por fornecimento de generos de alimentação, e temendo a sorte de escravos que lhes estava reservada (segundo o sistema da região), resolveram abandonar seus patrões. Fizeram-no naturalmente às escondidas; mas isto de nada lhes valeu: um dos socios da firma proprietária do seringal, um certo João Chaves de Melo, saiu-lhes ao encaço com uma tropa de 20 capangas armados, e tendo alcançado os fugitivos, abriu fogo contra eles, matando um e ferindo mais dois. / Era de esperar, em face disto, que se intentasse processo crime contra os assassinos. Mas não: a justiça entendeu – pasmem os leitores –, processar os trabalhadores como inclusos na Lei de Segurança Nacional, artigo 3º (cessação ou suspensão coletiva do trabalho)! Levam-se assim aos tribunais homens que julgavam em vigor a lei que libertou os escravos. Dispensam-se os comentários. / Que conclusão podemos tirar disto tudo? O fato apontado não constitui exceção; nem sempre resulta, como no caso em apreço, em conflitos armados. Mas a prisão por dívidas, a escravização de trabalhadores por efeito delas é normal em muitas partes do Brasil. Não se trata aliás senão de um dos aspectos do regime do trabalho rural entre nós, em que predominam ainda, no país em geral, formas escravistas mais ou menos acentuadas. A nossa evolução do antigo sistema servil, abolido nominalmente em 1888, para formas mais progressistas nas relações de trabalho, ainda não se completou. Afora nos grandes centros urbanos, e alguns outros setores restritos, o trabalho efetivo e inteiramente livre ainda não se estabeleceu e organizou de modo completo. O que existe é antes um processo de adaptação mais ou menos bem sucedido, das antigas relações servis ao novo estatuto *legalmente* livre do trabalhador nacional. Isto constitui aliás um dos problemas essenciais, senão o fundamental do Brasil de nossos dias. A ele está ligado todo o desenvolvimento e progresso do país, sua libertação de formas coloniais que lhe embaraçam a evolução, e a transformação numa verdadeira nacionalidade, num país social e economicamente autonomo e forte. Enquanto predominarem no campo brasileiro (onde se concentra 70% da população) formas retrogradadas e anacrônicas que nos legou a colonia, e que se mantiveram até hoje, nada daquilo será possível. Nunca teremos mais que uma civilização de fachada, riqueza e progresso precários e illusórios.